

## Parte 4 - Imaginários e territórios: representações da natureza, natureza das representações

O juízo reflexionante kantiano e a natureza humana de representar no lugar

Dário de Araújo Lima

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SERPA, A., org. *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações* [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 426 p. ISBN 978-85-232-0538-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# O juízo reflexionante kantiano e a natureza humana de representar no lugar

Dario de Araújo LIMA

Professor, Fundação Universidade Federal do Rio Grande  
dario7lima@hotmail.com



Refletimos que o debate sobre a natureza da representação constitui-se de questionamentos que poderão nos fornecer uma categoria filosófica para registrar a causa primeira da representação, digo, a natureza da representação intrínseca ao embate capital/trabalho – imaginário/simbólico no conteúdo do conceito geográfico de Lugar.

Acreditamos que a afirmação de Kant, de que há uma “crítica”<sup>1</sup> direcionada para a questão da investigação sobre a razão, manifestando-se independente da experiência<sup>2</sup>, permitirá que tenhamos uma maior capacidade de ampliar o debate sobre o conceito de lugar. Na visão crítica, Kant entende que o transcendental é “o que existe em si e por si, independentemente de mim”, isto é, abrindo a possibilidade de questionar quais as condições supremas que tornam possível um conhecimento, sujeito, objeto, coisa ou algo (eis o método transcendental de Kant). O que transcende não é a relação de nosso conhecimento com as coisas, porque a plenitude das “coisas em si” é inacessível. Nós não chegamos à essência dos “objetos em si”, porque ela é incognoscível. E a realidade objetiva existe separada do sujeito dotado do saber, isto é, não conhecemos o íntimo dos “objetos”.

O máximo que a pesquisa cultural nos permite afirmar é que, para os objetos/sujeitos do lugar, as entidades mitológicas e representações da natureza/orgânica/inorgânica do homem são seus antepassados<sup>3</sup> (Foto 1). Uma parte significativa de cada objeto estudado é originada através de nossas formas de percepção, porque sabemos que ele se encontra fora de nós e não conhecemos o íntimo desse objeto, ser ou coisa. O que sabemos é o que transformamos em idéia sobre ele dentro de nós. Eis porque o ser histórico entende conflituosamente, no embate matéria/idéia, que os orixás são seus “mortos/vivos” na vivificação da natureza social representada (Foto 2).

Mas, o que as coisas são, antes de serem transformadas em idéia, no interior de nossa capacidade pensante, jamais saberemos. Kant afirma que é imaturidade querer estudar as “coisas em si”. No homem, o transcendental é uma relação com a faculdade cognitiva e o conhecimento é fruto de uma relação não fundamentada unicamente na experiência. Este saber não é o que trata dos objetos. Ele se direciona para realizar uma investigação sobre os nossos conceitos puros (despidos de experiência) em relação aos objetos, trata-se de nossa maneira de conhecê-los, enquanto esta deve ser possível “a priori” (na concepção kantiana). Kant cria um pensamento filosófico que

promove a supremacia da razão humana, com a intenção de exaltá-la e valorizá-la, a razão é diferenciada do simples contato pelos sentidos. Estamos falando do conhecimento não sensorial, mas que é fruto da natureza e da estrutura de nossa capacidade pensante, entendendo-se que este produto do intelecto é o que temos de mais lapidado e confiável. Neste momento ímpar, há um direcionamento na pesquisa de Kant que nos obriga a estudar Platão (Foto 3). Estamos afirmando que, no nível da razão, as verdades são claras e verdadeiras em si; “a priori”, sem experiências. A estrutura da mente humana é que molda e organiza as sensações e transforma as experiências em pensamentos. A experiência nos confirma que uma realidade é imposta de determinada forma, estrutura, jeito e maneira. Só que nega a justificativa e a explicação, porque a realidade nos é imposta de determinada forma, estrutura, jeito e maneira, assim, a experiência nos fornece proposições eventuais e incertas. Frisamos que tais experiências sociais são inerentes aos símbolos imbricados nas representações.

A proposição, despossuída de sua negação, é possível se for balizada na razão, que é a única origem das proposições universais e absolutamente necessárias e precisas, da mesma forma não seriam possíveis as proposições universais e absolutamente necessárias e precisas, se o pensamento racional não fosse, por si mesmo, criador de conhecimentos. Marx, oriundo das influências de Kant, é racional e se utiliza do materialismo histórico e do materialismo dialético<sup>4</sup>, mas não nega a “sensibilidade” quando trata da natureza orgânica/inorgânica<sup>5</sup> do ser humano e, conseqüentemente, da própria natureza que é intrínseca e explícita nas relações intersubjetivas/interobjetivas de afetividade no lugar.

Mas, todos os conhecimentos a priori não possuem o mesmo sustentáculo. Para aprofundar o estudo, é primário pensar sobre os juízos analíticos e os sintéticos. Entendendo-se que o juízo é a capacidade de assumir o “singular” no “plural”, a potencialidade mental de estudar o singular contido no plural (o particular no universal). O juízo que entende o particular contido no universal determina teoricamente o objeto (juízo determinante) e o juízo que procura o universal no particular é reflexivo. Este processo não é lei a priori do intelecto, mas é fruto de uma origem da reflexão referente aos objetos, seres e coisas.

Reflexão significa relacionar representações entre si e colocá-las em imbrincamento com as nossas potencialidades mentais do conhecimento.

No juízo<sup>6</sup> determinante, o particular é fornecido pela sensibilidade, consequentemente, é possível se raciocinar a possibilidade de que o conteúdo do conceito de lugar seja uma singularidade, um juízo. Ora, o conteúdo do conceito de lugar não existe desprovido de representações e símbolos. O “mundo sensível” do lugar é a sua singularidade/universalidade, há um materialismo/idealismo sensível que não nega a questão da natureza orgânica/inorgânica refletida nos manuscritos de Marx.

No juízo reflexivo, para se encontrar a unidade na multiplicidade (o singular no plural), temos que elaborar a hipótese teórica (os princípios são compostos pelos objetos já determinados pelo juízo teórico). A natureza tem a disposição de ser sistematizada, porque tem um princípio determinado pelo entendimento e, sempre, ela deve ser, e haver, de acordo com ele.

O juízo, em sua variável de reflexão e determinação, necessita de um princípio conceitual oriundo da potencialidade do entendimento: “Ele não impõe regras e o princípio do julgar é realizar uma harmonia entre a natureza (objeto, ser e coisa) e sua regra, é relacionar o singular na sua multiplicidade (reflexionante) com o universal (plural) na sua unidade (determinante)”<sup>7</sup>. A natureza, por ser uma universalidade empírica, é passível de ser determinada, e a faculdade de julgar decide o que vai ser, ou não, sistematizado. O potencial de julgar não determina o objeto, o ser ou a coisa em si, mas os fins últimos da natureza dotada de suas leis empíricas. Estuda-se a natureza como fruto do entendimento, e o princípio a priori da faculdade de julgar é tornar a natureza apropriada ao juízo.

Nos homens, as sensações são transformadas em pensamentos, quando se aplicam, às sensações, as formas de percepção de espaço e de tempo, imbricadas nas sensações que, registradas enquanto pensamentos, se desdobram como doutrina do conhecimento sensível e de suas formas a priori como estética transcendental. Trata-se do primeiro momento no qual o homem coordena as sensações, aplicando-lhes as formas puras de percepção de espaço e de tempo. Kant chama esse momento de Estética Transcendental, caracterizada como sendo doutrina do conhecimento sensível e de suas formas a priori. Depois do processo de aplicação nas sensações, das formas de percepção temporal e espacial, ocorre a realização da inserção das categorias de pensamento às percepções, aplicando-lhes as formas de concepção ou categorias de pensamento.

**Foto 1**

Entidade mitológica e representação da natureza orgânica/inorgânica.



**Foto 2**  
Orixá.



**Foto 3**

Mundo da luz e da escuridão.



São estes modos de inserção das categorias de pensamento que dão sentido às percepções<sup>8</sup>. Os dados provenientes da experiência e as várias maneiras de entendimento oriundas do sujeito são reunidos e determinam as percepções dos objetos, dos seres e das coisas. Os sentidos recebem impressões do mundo exterior, mas estas projeções não compõem um saber sobre o objeto. As projeções são superficiais e separadas entre si, elas são constituídas por variáveis diversas, múltiplas e caóticas.

O homem, portador do saber, ordena as variáveis, assim determinando a origem às percepções do objeto e, sendo dotado do saber para realizar tal atividade mental, utiliza-se das formas de espaço e de tempo. Mas, nesse estágio, as percepções ainda não atingiram o nível de entendimento e permanecem ainda na esfera da sensibilidade. O homem, ordenando essas percepções, faz com que o entendimento origine a síntese que se manifesta por meio do juízo (plural, singular, afirmativo, negativo, reflexionante...). Estes juízos só são realizáveis em função de modos gerais “puros” (modos gerais desprovidos de experiências), que operam na capacidade pensante do ser.

As categorias puras asseguram os juízos, que são necessários e, justamente por isso, são verídicos<sup>9</sup>. O homem cria o material do saber tendo como base balizadora determinada condição subjetiva, que são as faculdades. As potencialidades entendidas como sendo a sensibilidade com as formas de tempo e de espaço e o entendimento com os conceitos primários chamados de categorias. O sujeito sem as formas ordenadas e organizadas de tempo e espaço não consegue ordenar e organizar as sensações e, sem elas, não ocorreria o processo de percepção. Estas formas são puras, isto significa dizer que existem independentes da experiência, que têm uma dupla composição: ela é constitutiva de categorias “a priori” e de objetos empíricos. Os juízos sintéticos só são legitimados enquanto frutos de uma experiência que impõe características ao que se pensa. O predicado é originário de uma “sensação” (consciência de um estímulo), efetuada num tempo e num espaço “determinados”, particulares e contingentes, como as sensações que elaboram o conteúdo dos juízos sintéticos, que são, a posteriori, devido não serem universais e nem necessários como os juízos analíticos captados intuitivamente, porque o sujeito possui o predicado. Tais juízos são a priori, devido ratificarem o que o sujeito tem em si próprio, entendendo-se que, em seu cerne, ele é, e há, enquanto ser subjetivo/objetivo.

A intuição só pode ser investigada com este pressuposto filosófico de se tentar explicitar a potencialidade humana de poder conhecer, que é a de dar forma a uma matéria, pois é claro que ela é a posteriori e a forma é a priori. Com efeito, a matéria do conhecimento é variável de um objeto a outro, visto depender do objeto. Mas a forma, sendo imposta ao objeto pelo sujeito, será reencontrada invariavelmente em todos os objetos por todos os sujeitos<sup>10</sup>.

Os juízos analíticos são compostos por um predicado que não é proveniente de uma “sensação”. Ele é inerente ao sujeito, independente de qualquer análise, e não acrescenta nenhuma característica nova ao sujeito, ao contrário dos juízos sintéticos, identificados pelo fato do predicado acrescentar alguma coisa nova ao sujeito. As experiências, não contidas no sujeito, mas existentes no predicado, são particulares dos juízos sintéticos. Assim, há conhecimentos a posteriori (juízos sintéticos) e conhecimentos a priori (analíticos). Os juízos sintéticos a posteriori, dotados de peculiaridades condicionais, se referem às experiências finalizadas “em si mesmas”. Mas, os juízos sintéticos a priori são componentes da célula central da teoria do conhecimento elaborada por Kant. O fato consiste na afirmação de que a capacidade de conhecer não é determinada pelo objeto, mas que o próprio é regulado pela potencialidade humana de conhecer. As bases apriorísticas da sensibilidade estão substantificadas na “Estética Transcendental”, enquanto estudo da sensibilidade, onde o conhecimento prioritariamente se preocupa com o modo a priori de conhecer os objetos. Na Estética Transcendental, a sensibilidade (material/receptiva e formal/ativa), enquanto faculdade de intuição, é pensada como uma condição humana pela qual as criaturas são apreendidas pelo sujeito cognoscente, onde a matéria do conhecimento são as impressões que o sujeito absorve do exterior e a forma manifesta a ordem que estas impressões são registradas.

A sensação é a consciência de um estímulo, mas ainda não é conhecimento. Quando as sensações se juntam em torno de um objeto no tempo e no espaço ocorre a percepção ou intuição. Acreditamos que a sensação apresenta-se como um estímulo (som, gosto, cheiro, temperatura, pressão...) não ordenado; a percepção já é o estímulo organizado; a concepção é a percepção ou intuição sistematizada.

A ordem do lugar é fruto do pensamento organizado que conhece o lugar devido o mundo ter “origem, não por si mesmo, mas porque o pensa-

mento que conhece o mundo é em si mesmo uma ordenação”<sup>11</sup>. Como se substantifica o pensamento “organizado” do lugar? Como o lugar recria o pensamento do ser historicamente imposto? Será que o pensamento kantiano é relativista e o lugar de representações e símbolos é a “especificidade” da ordem?

O fato histórico de o indivíduo cognoscente perceber as coisas como exteriores a ele, e exteriores em relação a elas mesmas, não determina que crie a noção de espaço. O espaço é, e existe como, uma estrutura intrínseca à sensibilidade do indivíduo cognoscente e viabiliza que ele perceba os objetos relacionados espacialmente, onde o espaço for, e existir, mesmo que sejam subtraídas todas as criaturas e entidades divinizadas (Foto 4), sociais/naturais e espacialmente imbricadas. O espaço é apriorístico<sup>12</sup>. A simultaneidade das coisas e sua repetição não seriam percebidas se o tempo não fosse apriorístico. Tudo pode sumir, mas o espaço e o tempo são fundamentos primeiros.

O espaço e o tempo são formas nas quais encontramos interiormente ordenada a multiplicidade oriunda da sensação. O nosso espírito tem a capacidade de nos representar coisas como existentes fora de nós. Tal faculdade de nosso espírito de registrar o “sentido exterior” é o espaço; e o tempo é a forma do “sentido íntimo”, condição de nosso espírito de perceber-se a si mesmo intuitivamente, de perceber os seus momentos internos. No espaço, observamos os objetos externos e, no tempo, os estados internos (algo em nós mesmos). Assim, este algo em nós mesmos nos remete para a questão da memória, da história oral espalhada no ímpar modo de vida que é lugar. Podemos citar, como exemplo de lugar geográfico, o lugar Marambaia<sup>13</sup>, onde o tempo interior submete-se aos ditames dos passos lentos, nos caminhos do labirinto cartografado enquanto comunidade intuitiva, subjetiva, sensível e materialista (via o tempo lento/cíclico dos botes movidos pela ação eólica, corrijo, pelos ventos de lansã, refletidos no espelho das águas de lemanjá). Lugar cujo conteúdo social/natural é inerente à sobreposição e ao domínio do trabalho vivo, em relação ao nível de capital constante, nas pequenas pescarias artesanais de um lugar de ímpares representações, de singulares origens culturais.

No lugar exemplificado existem interpretações de que o espaço tem a potencialidade de produzir segundo os ditames das classes sociais, e que as

diferenciações de classe são materializadas e visíveis através de um simples passeio pelo espaço social<sup>14</sup>. Mas, é lugar de labirinto e labirinto de lugar, que só pode ser percorrido no ritmo cultural dos passos lentos e somente pelos pescadores artesanais que sabem onde encontram-se o Lobisomem e o Minotauro, ambos protegidos pelos ventos de lansã e pela espada de São Jorge Guerreiro.

O tempo lento<sup>15</sup> do referido lugar não subtrai do cenário do palco o tempo cíclico, porque a vagarosa contração/tempo espaço, intrínseca na afêfê e no ubori de lansã (Santa Bárbara), na olóòbè de Ogum (São Jorge)<sup>16</sup>, na confecção manual da rede, no aperfeiçoar minucioso do acabamento da embarcação e na tramela da porta, faz o imbricar cultural de ambos os tempos, sociais/naturais<sup>17</sup>. No lugar, a imagem mítica do mundo soma-se à baixa contração tempo/espaço, inerente ao modo de vida particularizado, por ser reproduzido através de um tempo lento/cíclico (Foto 5), isto é, a tramela e o horário de acordar do sono determinados pelo nascer do sol relacionam-se, contraditoriamente, com as festas e os rituais que, por sua vez, formam o elo que liga as séries cronológicas, nas quais se organiza a vida prática dos homens no tempo mítico, que liga os antepassados e descendentes vivos, que existem em temporalidades tidas como diferentes. Como “a experiência do tempo é indissociável da experiência do espaço”<sup>18</sup> e “o espaço e o tempo são o arcabouço que sustentam toda realidade”<sup>19</sup>, há uma denúncia intrínseca de que todas as variáveis culturais do singular modo de vida, que constituem o conteúdo do tempo lento/cíclico, são, dialeticamente, os registros geográficos do lugar, que, sendo imaginário/simbólico-capital/trabalho, não pode ser desprovido de sua dimensão social, como espaço de representações, já que não existe tempo sem espaço e a recíproca é também legítima.

O espaço não é fruto das experiências exteriores, já que todas as relações exteriores supõem o espaço, que é representado como fundamento a priori, devido a sua existência ser a condição primária para a possibilidade dos objetos.

“O espaço é único e onicompreensivo”<sup>20</sup> e o que existe de múltiplo (muitos espaços) são simples limitações. Ele é uma intuição pura, porque possui uma infinidade de representações (Foto 5), e não é um conceito, pois se caracteriza como sendo a representação da peculiaridade comum de uma multidão infinita de representações. As determinações espaciais são

de origem intuitiva (sintéticas e a priori), porque objetos concebidos de maneira idêntica pelo entendimento são diferentes. Assim, podemos observar que a diferença entre o comprimento, a altura e a largura das embarcações para a técnica do carpinteiro artesão de um lugar peculiar é de singular significado, mas estas são diferenças inexistentes no entendimento comunitário de um valor de uso a priori.

Quando falamos no trabalho do pescador artesanal de um lugar preciso, estamos sinalizando a questão da existência de um tempo lento/cíclico, que é registrado não só na baixa composição orgânica do capital de uma atividade de reprodução simples (com características da força motriz ser humana e muscular), e remetendo ao debate do jeito de viver centrado no ritmo dos passos vagarosos do pescador nos caminhos de areia, das casas sem fechaduras nem ferrolhos e na existência do mito lobisomem intrínseco às representações. A subjetividade efervescente faz necessária a leitura de Marx sobre a natureza orgânica/ inorgânica do homem e torna vigente o estudo referente à relação da pequena produção mercantil com a natureza não oriunda do trabalho braçal e mental do homem. Assim, voltamos à reflexão sobre a humanização do pescador artesanal e os sentimentos de prazer que este trabalhador transfere para os objetos, seres e coisas que compõem e são seu modo de vida materializado no labirinto, que simboliza a própria “vida” e registra uma singular representação.

Neste exato momento evocamos a presença de Platão, lembrando o que Kant nos diz: “a fé na imortalidade da alma (metempsicose)<sup>21</sup> é necessária para que se conceba uma vida supra-sensível na qual a virtude possa receber seu prêmio”. Os escritos de Kant reforçam a necessidade de pesquisar os mitos, os orixás, os deuses e as deusas (Foto 6), na cultura dos lugares místicos e esotéricos, o significado das entidades “sobrenaturais” na história da comunidade, que é conteúdo do conceito de lugar, aqui exemplificado pelo lugar Marambaia, que, sendo praia, simboliza<sup>22</sup> a meditação, os pés descalços na areia e o sentimento de prazer que atribuímos à laguna, que, como o mar, é reservatório dos pescados que fazem florescer a alegria feito festa no litoral nordestino<sup>23</sup>.

A praia que margeia o mar é bela, digo, o lugar é belo. O juízo estético não é subordinado ao ato de conhecer, já que o mesmo encontra-se dependente de si mesmo, é um outro reflexionante, devido à representa-

**Foto 4**

Entidade divinizada.



**Foto 5**

Espaço composto por infinitas representações.



**Foto 6**

Mito, orixá, deus e deusa.



**Foto 7**  
Prazer.



ção ser feita sem conceitos. O juízo estético referente à natureza ou à arte é constitutivo de sentimentos de prazer ou desprazer. Assim, Kant entende que o belo é oriundo da relação que ocorre entre os objetos, seres e coisas, como nosso sentimento de prazer que transmutamos para os seres. O belo proveniente do sentimento de prazer é comparado a este e por este sentimento avaliado, impondo o juízo de gosto ou estética<sup>24</sup>. Reflexão significa relacionar representações entre si e, quando neste ato de abstração se tem a harmonia entre o pensamento e o sentimento, ocorre a objetivação intelectual do juízo reflexionante enquanto substantificação abstrata do prazer (Foto 7). O juízo reflexivo denuncia a verdadeira arte bela, enquanto originária da imaginação humana, que é incomensurável, multiforme e em eterno movimento espiral. Portanto, quando o indivíduo sacraliza, diviniza, protege, salvaguarda, acondiciona em um álbum de fotografias, encontra-se materializando em seu modo de vida a realização do juízo reflexionante, que é enraizado no conteúdo do conceito de lugar. Assim, somente há lugar se houver lugar para o tempo e espaço do registro da dimensão íntima, privada, secreta, pessoal, intransferível e inalienável de um ser para outro. Porque todas as tristezas e alegrias das pessoas são intransferíveis e salvaguardadas nos lugares mais escondidos do coração e protegidos do habitat (É lá no criado-mudo da Cotinha que ela esconde as fotos do casamento!).

O belo é prazer desinteressado, prazer desinteressado numa universalidade subjetiva individualizada, despossuído de qualquer fim determinado. É a forma de finalidade do objeto percebida através de uma intencionalidade social/ natural que é o prazer (livres, as partes do todo possuem uma intencionalidade perceptível através das quais entendemos que o conjunto é belo). No caso do lugar, entendemos que o individualizado é toda a identificação que, dotada de um específico traço cultural, impõe prazer numa subjetividade que só é, e há, enquanto objetivação, digo, enquanto embate matéria/ idéia. O raciocínio nos expõe que o belo da natureza tem uma intencionalidade perceptível, à qual atribuímos nosso sentimento de prazer ou beleza, enquanto que a obra de arte, criada pela natureza braçal e pensante do homem, é dotada de uma intencionalidade camuflada, fazendo com que a mesma seja manifestada e expressa, como se fosse espontaneamente criação da natureza nata, não produzida e nem criada pelo ser humano. O belo é potencialmente carregado de uma intencionalidade e de uma

espontaneidade imbricadas, onde a obra de arte parece natureza. O belo é uma qualidade que transferimos às coisas para registrar a experiência que realizamos de nossa subjetividade e da legitimidade pelo sentimento de prazer (no belo, a universalidade é subjetiva e comum, como base primária para o juízo estético). O lugar possui um ímpar modo de vida, que se registra historicamente como experiência cultural inerente à reprodução do necessário<sup>25</sup> labirinto, no qual somente o ser histórico pode se esconder da acelerada contração tempo/ espaço e sentir a relatividade da liberdade e do prazer que comunitariamente compartilham com os estranhos, basta lembrarmos do simbolismo da praia e do mar.

Natureza não é arte. A atividade livre e voluntária é condição primária para a identificação de uma arte inerente de prazer e de conhecimento.

O juízo reflexivo denuncia a verdadeira arte bela, enquanto originária da imaginação humana, cuja intencionalidade não possui um fim imposto. A genialidade é que vai impor as regras<sup>26</sup> para o entendimento sobre a arte bela, já que a arte não é uma ciência. Kant escreve que “o gênio é possuidor de um dom natural que cria regra para a arte, ou seja, é uma inata condição de ânimo (ingenium), através da qual a natureza fornece e determina regra à arte”<sup>27</sup>.

Pensamos no “dom natural” como a “natural” contradição em processo, existente entre o natural/ social, que é documentada aqui geograficamente através do pescador artesanal comunitário do nomeado lugar, que, como um Ogum, domina os ventos e a mata, os dragões do mar, já que todos os orixás são geniais e “sociais”<sup>28</sup>.

O gênio possui talento (originalidade que não é sinônimo de habilidade), cria modelos ou exemplos de regra do juízo para as próximas criações e tem juízo de gosto (o belo da arte é um registro belo de alguém, algo ou alguma coisa). Assim, o gosto, entendido enquanto capacidade de avaliar, e não obrigatoriamente como uma potencialidade produtiva, faz com que a “imaginação”, que é uma faculdade produtiva que cria idéias estéticas, não tenha que ser submetida a imposições de conceitos, já que a estética é a comunhão da imaginação com o entendimento, e a recíproca é verdadeira. Nem todos os gostos dos moradores do lugar são transformados em valor de troca para o típico mercado capitalista, e o singular imaginário não é uma imposição da realidade geograficamente determinada da cidade, ou de outra localidade.

**Foto 8**

Sensível mundo do mito, da cura e da feitiçaria.



**Foto 9**  
Trabalho.



Mas, como a idéia estética possui conceitos da razão, afirmamos que a idéia estética é objetivada via faculdade do conhecimento (teoria), a faculdade da vontade (prática) e a faculdade do sentimento do gosto ou imaginação produtiva (juízo)<sup>29</sup>. Entendemos que a beleza pura só existe num imbricamento de formas, onde reina a harmonia do pensamento com o sentimento, e que o juízo reflexionante, que trata da representação de um objeto, ser ou coisa, é ligado à subjetividade do homem. Notamos que, nesta subjetividade, o sentimento de prazer (exemplo: a “beleza pura”) e desprazer é seu princípio reflexionante, que soma a capacidade humana de conhecer com a de desejar, no momento em que subordina um elemento representativo a um fim. Perguntamos se existe alguma peculiaridade geográfica de juízo estético, da experiência estética ou de gosto dos habitantes do lugar, porque eles possuem uma visão “única” do mundo, devido possuírem, de forma direta e imediata, as relações sociais enquanto natureza orgânica/inorgânica deles próprios, posto que os recursos da natureza não criada e nem produzida pelo trabalho fazem parte do mundo sensível dos mitos, das curas, das feitiçarias (Foto 8) e do trabalho (Foto 9). Diante do exposto, perguntamos qual a singular experiência estética ou construção de um juízo reflexionante de uma atividade capitalista artesanal, ou de um outro lugar, onde o capital se constitui pela rapina, por existirem múltiplas formas de extração, apropriação e realização do trabalho roubado. A eterna acumulação primitiva (que não ocorre só através do assalariamento) alimenta o processo de reprodução ampliada do capital e viabiliza uma experiência estética específica no lugar geográfico, que é lugar por ser condição da eterna acumulação primitiva e de particulares juízos estético e reflexionante.

## *Notas*

<sup>1</sup>PENHA, João da. *Períodos filosóficos*. São Paulo: Ática, 1987 (Série Princípios) (p. 56-57): “Senão, vejamos: crítica, quando empregada por Kant, não é sinônimo de censura, reprovação, mas de estudo, investigação, pesquisa...”

<sup>2</sup>PENHA, João da. *Períodos filosóficos*. São Paulo: Ática, 1987 (Série Princípios) (p. 57): “... puro é aquilo que independe da experiência – daí sua obra mais famosa, *Crítica da Razão Pura*, também pode ser intitulada *investigação da razão funcionando independente da experiência*; puro também é sinônimo de a priori...”

MARX, Karl. Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Nova Cultura, 1991 (Os Pensadores) (p. 174): "O homem é o objeto imediato da ciência natural; pois a natureza sensível imediata para o homem é imediatamente a sensibilidade humana (uma expressão idêntica), como o outro homem sensivelmente existente para ele; pois sua própria sensibilidade só através do outro existe para ele como sensibilidade humana. Mas a natureza é o objeto imediato da ciência do homem. O primeiro objeto do homem – o homem – é natureza, sensibilidade; e as forças essenciais, particulares, sensíveis e humanas, como encontram apenas nos objetos naturais sua efetivação, só podem encontrar na ciência da natureza seu próprio conhecimento. O elemento do próprio pensar, o elemento da exteriorização de vida do pensamento - a linguagem -, é natureza sensível. A realidade social da natureza e a ciência natural humana ou ciência natural do homem são expressões idênticas."

<sup>3</sup>ASSUNÇÃO, Luiz Carvalho de. O Reino dos Encantados, Caminhos (Tradição e Religiosidade no Sertão Nordestino). Tese de Doutorado em Ciências Sociais (Antropologia). São Paulo: PUC, 1999 (p.13 e 15): "A partir da literatura existente, podemos inicialmente dizer que o culto da jurema é um culto de possessão, de origem indígena e de caráter essencialmente mágico-curativo, baseado no culto dos mestres, entidades sobrenaturais que se manifestam como espíritos de antigos e prestigiados chefes do culto, como juremeiros e catimbozeiros."

"Câmara Cascudo reconhece-o como um consultório e não como um culto religioso, uma vez que, segundo o autor, nesse tipo de ritual, não há promessas, votos, unidade do protocolo sagrado."

FREITAS, João de. Xangô Djacutá (2 ed.). Rio de Janeiro: Cultura Afro-Aborígine, sd. (p.25): "A analogia existente entre os mitos helênicos e romanos, tal como se observa com os eslavos, os celtas e os germanos, leva-nos, pela procura de subsídios, à conclusão de que todas as mitologias emanam da mesma fonte."

<sup>4</sup>BADIOU, Alain e ALTHUSSER, Louis. Materialismo Histórico e Materialismo Dialético. 2 ed. São Paulo: Global, 1986 (p.44): "...O materialismo dialético não se refere às diferentes práticas, exceto com relação ao aspecto da intervenção delas na produção de conhecimentos. Não se refere a elas como instâncias constituintes dos modos de produção, o que é objeto do materialismo histórico."

<sup>5</sup>MARX, Karl. Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Nova Cultura, 1991 (Os Pensadores) (p. 171): "O homem apropria-se do seu ser global de forma global, isto é, como homem total. Cada uma de suas relações humanas com o mundo - ver, ouvir, cheirar, saborear, sentir, pensar, observar, perceber, querer, atuar, amar..."

DUARTE, Rodrigo A .de Paiva. Marx e a Natureza em o Capital (Coleção Filosofia). São Paulo: Loyola, 1986 (p.63).

<sup>6</sup>PASCAL, Georges. O pensamento de Kant. Petrópolis (RJ): Vozes, 1990 (p. 158): "De um modo geral, o juízo pode ser definido como a faculdade de pensar o particular como contido no universal."

SILVA, Úrsula Rosa da; LORETO, Mari Lúcie da Silva. Elementos de estética. Pelotas (RS): EDUCAT, 1995 (Temática Universitária) (p. 40): “É o juízo que deve procurar o universal, sendo, por isso, o juízo reflexivo.”

MARX, Karl. Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Nova Cultura, 1991 (Os Pensadores) (p. 170): “O homem – por mais que seja um indivíduo particular, e justamente é sua particularidade que faz dele um indivíduo e um ser social individual efetivo – é, na mesma medida, a totalidade, a totalidade ideal, o modo de existência subjetivo da sociedade pensada e sentida para si, do mesmo modo que também na efetividade ele existe tanto como intuição e gozo efetivo do modo de existência social, quanto como uma totalidade de exteriorização de vida humana.”

“Pensar e ser são, pois, na verdade, diferentes, mas, ao mesmo tempo, formam em conjunto uma unidade.”

<sup>7</sup>SILVA, Úrsula Rosa da; LORETO, Mari Lúcie da Silva. Elementos de estética. Pelotas (RS): EDUCAT, 1995 (Temática Universitária) (p. 41): “O Juízo, tanto na sua capacidade de refletir como na de determinar necessita de um princípio conceitual determinado pela faculdade superior do entendimento. O Juízo não proporciona regras. O princípio do julgar é colocar em sintonia a coisa (natureza) e sua regra, é relacionar o particular na sua diversidade (reflexionante) com o geral (universal) na sua unidade (determinante).”

<sup>8</sup>PASCAL, Georges. O pensamento de Kant. Petrópolis (RJ): Vozes, 1990 (p. 61): “A lógica transcendental é, pois, uma lógica das formas do entendimento enquanto estas são constitutivas da experiência. Divide-se numa Analítica e numa Dialética, tal como a lógica de Aristóteles.”

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (Os Pensadores) (p. 97): “Numa lógica transcendental, isolamos o entendimento (como acima, na estética transcendental, a sensibilidade) e destacamos do nosso conhecimento apenas a parte do pensamento que tem sua origem unicamente no entendimento. O uso deste conhecimento puro repousa, porém, na seguinte condição: de que na intuição nos sejam dados objetos aos quais ele possa ser aplicado. Na ausência de intuição, todo o nosso conhecimento carece de objetos, e então permanece inteiramente vazio. A parte da lógica transcendental, portanto, que expõe os elementos do conhecimento puro do entendimento e os princípios sem os quais um objeto de maneira alguma pode ser pensado, é a analítica transcendental, e ao mesmo tempo uma lógica da verdade.”

<sup>9</sup>PENHA, João da. Períodos filosóficos. São Paulo: Ática, 1987 (Série Princípios) (p. 59): “Os juízos analíticos se fundamentam no princípio de identidade. São universais – válidos, portanto, em qualquer tempo e lugar – e necessários, pois não poderiam ser de outra maneira. São captados intuitivamente; logo, são juízos a priori, isto é, independem da experiência. Por isso, nenhuma experiência científica lhes nega o caráter de verdadeiros.”

“Os juízos sintéticos, por sua vez, se fundamentam na experiência. Como esta se efetua num tempo e num espaço determinados, não são nem universais nem necessários, mas particulares e contingentes. Logo, são verdadeiros apenas quando comprovados pela experiência; daí serem a posteriori.”

LUCKESI, Cipriano Carlos; PASSOS, Elizete Silva. Introdução à filosofia. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992 (p. 111-112): “Por exemplo, na expressão Pedro é homem há um juízo que é síntese de percepções, que, por sua vez, é síntese de sensações produzidas pelo mundo exterior. Porém, os juízos (afirmativos, negativos, universais, particulares, etc.) só são possíveis em função dos modos universais a priori de operar do intelecto. São as categorias a priori que garantem os juízos, que são conceitos necessários e, por isso, devem ser verdadeiros.”

<sup>10</sup>REALE, Miguel. Introdução à filosofia. São Paulo: Saraiva, 1994 (p. 74): “O homem, portanto, no ato de conhecer, desde o fato primordial da sensação, imprime a marca de sua subjetividade em algo e se torna objeto. Conhecer é, de certa maneira, submeter algo à nossa subjetividade. Alguns expositores de Kant lembram imagem feliz, quando dizem que nós não podemos apanhar um bloco de neve, sem lhe imprimir a forma de nossos dedos. O que é conhecido conserva sempre os sinais das garras apreensoras de nossa subjetividade.”

LUCKESI, Cipriano Carlos et al. Introdução à filosofia. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992 (p. 113): “O pensamento kantiano trouxe grande contribuição à problemática política, mas foi na teoria do conhecimento a sua mais significativa participação. Ele mudou os rumos da teoria do conhecimento ao mostrar que, apesar do mundo exterior nos ser dado apenas como sensação, a mente humana por ser ativa seleciona e coordena toda a experiência. Deu ao sujeito um papel significativo no processo do conhecimento e na moralidade.”

PASCAL, Georges. O pensamento de Kant. 3.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1990 (p. 36): “Conhecer é dar forma à uma matéria dada e é claro que a matéria é a posteriori, e a forma, a priori. Com efeito, a matéria do conhecimento é variável de um objeto ao outro, visto depender do objeto; mas a forma, sendo imposta ao objeto pelo sujeito, será reencontrada invariavelmente em todos os objetos por todos os sujeitos”

<sup>11</sup>SILVA, Úrsula Rosa da et al. Elementos de estética. Pelotas (RS): EDUCAT, 1995 (Temática Universitária) (p. 37): “A sensação é a consciência de um estímulo (gosto, cheiro, som, temperatura), é a experiência incipiente, mas ainda não é conhecimento. Porém, quando estas várias sensações unem-se em torno de um objeto no espaço e no tempo, há uma percepção (intuição), ou seja, há consciência, não de um estímulo, mas de um objeto específico. Assim a sensação torna-se conhecimento... O conhecimento tem ordem, não por si mesmo, mas porque o pensamento que conhece o mundo é em si mesmo uma ordenação.”

<sup>12</sup>PASCAL, Georges. O pensamento de Kant. 3.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1990 (p. 51, 55): “O espaço é a priori, porque a sua representação é a própria condição

da possibilidade dos fenômenos. Com efeito, pode-se conceber um espaço em que não houvesse objeto algum, mas não se pode perceber um objeto fora do espaço... O tempo é uma intuição pura, como espaço e, enquanto tal, é a condição de todo o vir-a-ser; a mecânica e a física repousam nessa intuição a priori, assim como a geometria repousa na intuição a priori do espaço.”

<sup>13</sup>LIMA, Dário de Araújo. O Lugar Marambaia. Tese de Doutorado. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Universidade Estadual Paulista – UNESP – FCT - Programa de Pós-Graduação em Geografia - Campus de Presidente Prudente, São Paulo, 2003.

<sup>14</sup>SILVA, Eunice Isaias. O Espaço: Une/Separa/Une. GEOGRAFIA, Território e Tecnologia. Terra Livre – AGB, São Paulo, n. 9, julho-dezembro, 1991 (p.136).

<sup>15</sup>SANTOS, Milton. Técnica Espaço Tempo (Globalização e meio técnico-científico informacional) (3 ed.). São Paulo: Hucitec, 1997 (p.84 e 85): “Quem, na cidade, tem mobilidade - e pode percorrê-la e esquadrihá-la - acaba por ver pouco da cidade e do Mundo.”

“Se pobres, homens comuns, os homens lentos acabam por ser mais velozes na descoberta do mundo, seu comércio com o prático-inerte não é pacífico, não pode sê-lo, inseridos que estão num processo intelectual contraditório e criativo.”

MUMFORD, Lewis. Arte e Técnica. São Paulo: Martins Fontes, 1986 (p. 58, 59 e 60): “...pelo menos retardá-lo-ia o tempo suficiente para aperfeiçoar o acabamento, ou então modificar-lhe-ia um pouco a forma para poder, além de cumprir a sua função deleitar igualmente o olhar.”

“...Não tinha grandes pressas, obedecia aos ritmos do corpo, descansando à medida que o trabalho prosseguia e prolongando as partes que mais lhe interessavam, pelo que, ainda que o trabalho avançasse lentamente... Talvez a produção comercializada para o tráfico marítimo tenha introduzido, já nos tempos antigos, urgências extraordinárias no trabalho do artesão, fazendo-o acelerar o ritmo... deixando a obra de levar a sua assinatura inimitável.”

<sup>16</sup>REIS, Alcides Manoel dos. Candomblé: a panela do segredo. São Paulo: Mandarim, 2000 (p. 93 e 166).

<sup>17</sup>MARTINS, José de Souza. A Chegada do Estranho. São Paulo: Hucitec, 1993 (p.36): “Uma outra diferença, que é necessário considerar na pesquisa desses movimentos, é relativa à concepção de tempo. O nosso tempo nada tem que ver com o tempo deles. O nosso tempo é um tempo linear, começa tal hora, com tantos minutos, tantos segundos, e assim por diante.”

<sup>18</sup>CRIPPA, Adolpho. Mito e Cultura. São Paulo: Convívio, 1975 (p. 145).

<sup>19</sup>CASSIRER, E. Antropologia filosófica. Ensaio sobre o homem. [Trad. Dr. Vicente Felix de Queiroz]. São Paulo: Mestre Jou, s/d. (p.75).

<sup>20</sup>PASCAL, Georges. O pensamento de Kant. 3.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1990 (p. 52):“... do ponto de vista da extensão, um conceito deve aplicar-se a objetos diversos: o espaço, ao invés, não é aplicável senão a ele mesmo: ele é uno.”

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (Coleção Os Pensadores) (p. 73):“Mediante o sentido externo (uma propriedade da nossa mente) representa-nos objetos como fora de nós, e todos juntos no espaço. Neste são determinadas ou determináveis as suas figuras, magnitude e relação recíproca. O sentido interno, mediante o qual a mente intui a si mesma ou o seu próprio estado interno, na verdade não proporciona nenhuma intuição da própria alma como um objeto; consiste apenas numa forma determinada unicamente sobre a qual é possível a intuição do seu estado interno, de modo a tudo o que pertence às determinações internas ser representado em relações de tempo. O tempo não pode ser intuído externamente, tampouco quanto o espaço como algo em nós.”

<sup>21</sup>LUCKESI, Cipriano Carlos. Introdução à filosofia. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992 (p. 96):“A alma que vivera no mundo das essências fora castigada e, agora, vive em um corpo no mundo das sombras e o seu anseio natural é retornar ao mundo verdadeiro de onde viera. Enquanto não procede este acontecimento, a alma busca pelo conhecimento, ascender às idéias que são as essências. Lá se dá o verdadeiro (a suma verdade), o bem (o sumo bem), o belo (o sumo belo)... Nesse contexto, a alma é considerada superior ao corpo, devido ao fato dela ser iniciada e imortal.”

<sup>22</sup>BECKER, Uno. Dicionário de Símbolos. São Paulo: Paulus, 1999.

SANTOS, Mário Ferreira dos. Tratado de Simbólica. São Paulo: Logos, 1959.

AUGRAS, Monique. A Dimensão Simbólica. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1967.

<sup>23</sup>JUNIOR, Gonzaga. Festa. Intérprete: Maria Bethânia. Disco: Maricotinha ao Vivo. São Paulo. Gravadora: Biscoito Fino. Produção: Sarapuí, 2002.

<sup>24</sup>SILVA, Úrsula Rosa da et al. Elementos de estética. Pelotas (RS): EDUCAT, 1995 (Temática Universitária) (p. 43):“Na estética, o Juízo não está a serviço do sistema de conhecimento, está a serviço de si mesmo, é um juízo reflexionante puro...”

<sup>25</sup>ARENDT, Hannah. A Condição Humana. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1981 (p. 81):“A necessidade e a vida são tão intimamente aparentadas e acorrelatas que a própria vida é ameaçada quando se elimina totalmente a necessidade. Pois, longe de resultar automaticamente no estabelecimento da liberdade, a eliminação da necessidade apenas obscurece a linha que separa a liberdade da necessidade.”

<sup>26</sup>HARVEY, D. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992 (p.258):“Dentre as inúmeras conseqüências dessa aceleração generalizada dos tempos de giro do capital, destacarei as que têm influência particular nas maneiras pós-modernas de pensar, de sentir e de agir.”

HAUG, Wolfgang Fritz. *Crítica da Estética da Mercadoria*. São Paulo: UNESP, 1997 (p. 33).

<sup>27</sup>SILVA, Úrsula Rosa da et al. *Elementos de estética*. Pelotas (RS): EDUCAT, 1995 (Temática Universitária) (p. 47, 49): "Kant, primeiramente, distingue arte de natureza sendo a arte voluntária e livre produção da qual só o homem pode ser artífice e a natureza, por sua vez, uma produção rigidamente determinada por uma série causal... Entra em cena a figura do gênio que, para Kant, é o talento (do natural) que dá regra à arte (...), é a inata disposição de ânimo (ingenium) pela qual a natureza dá a regra à arte."

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (Coleção Os Pensadores) (p. 18): "A obra de arte é concebida por Kant como produção consciente de objetos que geram a impressão de terem sido produzidos sem intenção. Sua faculdade específica é o gênio que atua conscientemente, com necessidade semelhante à das formas naturais, sempre de maneira original e distinguindo-se da atividade científica."

<sup>28</sup>FREITAS, João de. *Xangô Djacutá* (2 ed.). Rio de Janeiro: Cultura Afro-Aborígine, sd. (p.33): "Os deuses, do panteão africano, representam as forças da natureza como acontece com os do helênico, do romano, do egípcio, do persa, e outros, tal como se vê no panteão brasileiro cuja entidade suprema é Tupã e o deus do trovão é Caramurú."

LOBOS, Heitor Villa e BARROS, C. Paula. "Canto do Pajé". Intérprete: Maria Bethânia. Disco: Maria Bethânia 25 ANOS. Rio de Janeiro: Fonobras/ PolyGram, 1990:

"...Oh, Tupã Deus do Brasil

Que o céu enche de sol

De estrelas de luar e de esperança

Oh, Tupã tira de mim esta saudade

Ah, Anhangá me fez

Sonhar com a terra que perdi"

<sup>29</sup>KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (Coleção Os Pensadores) (p. 17, 18): "Para Kant existem duas espécies de juízo reflexionantes: os teleológicos e os estéticos. Nos teleológicos, o objeto é considerado segundo as exigências da razão, como correspondendo a uma finalidade objetiva; adaptando-se àquelas exigências, suscita um sentimento de prazer. Nos juízos estéticos, o objeto é relacionado com um fim subjetivo, ou seja, com o sentimento de eficácia sentido pelo homem diante desse objeto... Ao contrário, num sentimento do belo, não ocorre este tipo de condicionamento: a finalidade a que corresponde o objeto deve ser inteiramente desprovida de qualquer intenção e consistir simplesmente num efeito que produz num modo de considerar as coisas, prescindindo da realidade empírica do objeto. O que importa num sentimento do belo é apenas a forma da representação, na qual se realiza a plena harmonia

entre as funções cognoscitiva, sensível e intelectual... A beleza pura ou livre de todo o interesse pode ser obtida, segundo Kant, somente num jogo de formas em que se realiza a harmonia do pensamento com o sentimento, por si mesmo e sem nenhum significado: nas flores, nos arabescos, na natureza idílica.”